Editais

VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191

Assinado de forma digital por VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP, l=Osasco, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=19155873000100, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PJ A1, cn=VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191
Dados: 2024.03.11 14:00:04 -03'00'

CCR RodoAnel

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas; É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A ("RodoAnel" ou "Companhia" ou "Concessionária"), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008. A Companhia emprega de forma direta 497 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração. A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%). **1.3. Destaques de 2023:** Investimentos: • Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo e Recuperação do Pavimento. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos e aprovados em 2023: Dividendos: R$ 28.175: • 28/04/2023 - R$ 13.384 de dividendos do resultado de 2022. • 29/11/2023 - R$ 14.791 de dividendos do resultado de 2023. Juros sobre Capital Próprio: R$ 24.505: • 27/11/2023 - R$ 20.187 de juros sobre o capital próprio. • 21/12/2023 - R$ 4.318 de juros sobre o capital próprio.

2. Desempenho Econômico-Financeiro:

Em R$ mil	2023	2022	Var.%
receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	446.858	394.030	13,41%
receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	413.383	358.854	15,20%
- Receita de pedágio	409.378	355.057	15,30%
- Outras receitas acessórias	4.005	3.797	5,48%
Deduções da receita bruta	(35.957)	(31.058)	15,77%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	377.426	327.796	15,14%
(+) Receita de construção	33.475	35.176	-4,84%
Custos e despesas (a)	(265.898)	(239.554)	11,00%
- Depreciação e amortização	(26.284)	(22.159)	18,62%
- Serviços de terceiros	(27.476)	(26.312)	4,42%
- Custo da outorga	(12.400)	(10.769)	15,15%
- Custo com pessoal	(51.132)	(41.074)	24,49%
- Custo de construção	(33.475)	(35.176)	-4,84%
- Provisão de manutenção	(9.135)	(7.374)	23,88%
- Outros custos e resultados operacionais	(32.418)	(23.112)	40,26%
- Apropriação de despesas antecipadas da outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	145.003	123.418	17,49%
Margem EBIT ajustada (b)	38,42%	37,65%	2,04%
EBIT (c)	145.003	123.418	17,49%
Margem EBIT	35,29%	34,00%	3,79%
(+) Depreciação e amortização	26.284	22.159	18,62%
EBITDA (c)	171.287	145.577	17,66%
Margem EBITDA	41,69%	40,11%	3,93%
(+) Provisão de manutenção (d)	9.135	7.374	23,88%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	254.000	226.529	12,13%
Margem EBITDA ajustada (f)	67,30%	69,11%	-2,62%
Resultado financeiro líquido	(63.651)	(69.541)	-8,47%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.352	53.877	51,00%
Imposto de renda e contribuição social	(17.640)	(13.031)	35,37%
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	63.712	40.846	55,98%
Endividamento bruto (g)	466.342	538.850	-13,46%
Investimentos (caixa)	77.491	63.807	21,45%
Veículos equivalentes (em milhares)	140.544	133.362	5,39%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (g) Somatório das debêntures e notas promissórias de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.1.1. Receita operacional: A receita operacional bruta de pedágio em 2023 totalizou R$ 409.378 (15,30% sobre 2022). O aumento da receita é reflexo do aumento de tráfego de 5,0% no mesmo período, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso para veículos carregados, através da integração com a SEFAZ (Secretaria da Fazenda e Planejamento) a partir de 1º de outubro de 2023 e do reajuste tarifário contratual de 3,94% além do reajuste adicional de R$ 0,10 vigentes a partir de julho. A queda na receita de numerário/cheque é reflexo do aumento da adesão AVI (Identificação Automática de Veículo), que no RodoAnel atingiu 70,0% no ano de 2023; e da habilitação dos novos meios de pagamento: cartão de débito e crédito, que, desde a implantação, registram crescimento mensalmente. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R$ 265.898 no ano de 2023. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 11,3% em relação a 2022, foram: • Os custos de construção atingiram R$ 33.475. A redução de 4,84% em relação a 2022 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. No ano anterior o principal montante de investimento foi a Implantação de Vias Marginais Padroeira-Raposo. • Em 2023, a provisão de manutenção totalizou R$ 9.135, ante R$ 7.374 em 2022, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2023, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • Depreciação e amortização somaram R$ 26.284 no ano de 2023. O aumento de 18,62% em relação ao ano anterior reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R$ 85.978 no ano de 2023, não sofrendo variações significativas. • Em 2023, o custo de serviços totalizou R$ 27.476, representando aumento de 4,42% em relação a 2022, impactado pelo pacote de serviço de conservação. • Os custos e despesas com pessoal atingiram R$ 51.132 no ano de 2023, registrando um aumento de 24,49% em relação a 2022, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente à faturas de custeio CSC (Centro de Serviços Compartilhados) gastos com vale alimentação/vale refeição, vale transporte, auxílio creche-paternidade, adequação salarial e assistência médica. • Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 40,26% e atingiram R$ 32.418 no ano de 2023. Esse aumento deve-se, principalmente ao efeito de gastos com combustíveis, aluguel de veículos leves, licença de uso de programa e obras de conservação da rodovia. **2.1.3. Resultado financeiro:** No ano de 2023, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R$ 63.651 ante R$ 69.541 em 2022. A redução de 8,47% ocorreu principalmente a nova captação de debêntures e variação do indexador CDI. **2.1.4. Lucro líquido:** Em 2023, o lucro líquido atingiu R$ 63.712, apresentando um aumento de 55,98% em relação a 2022, reflexo principalmente da melhora no resultado operacional. **2.1.5. Endividamento:** O endividamento bruto alcançou R$ 466.342 ante R$ 538.850 em 2022, representando uma redução de 13,46%, reflexo da curva de amortização das dívidas contratadas e redução das captações no período. **2.1.6. Investimentos:** Em 2023, os investimentos somaram R$ 77.491, dentre os quais destacam-se a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo e Recuperação do Pavimento.

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri. **3.2. Gestão de Pessoas:** A CCR embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia CCR para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2023, a Academia CCR atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para o Rodoanel foram realizadas 23.794 horas de treinamento, com 78,2% de treinamentos na modalidade on-line, 16,2% na modalidade presencial e 5,6% na modalidade combinada (semipresencial). Temos o registro de 3.587 cursos concluídos e registrados na plataforma HCM, dentre treinamentos obrigatórios, essenciais e institucionais. Foram desenvolvidas 7 soluções educacionais novas para as áreas de Operações e Engenharia como um todo. Atualmente a Companhia emprega 497 de forma direta. Em 2023, a Academia CCR registrou um investimento de R$ 147 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade Rodoanel.

4. ESG: A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1. Iniciativas Voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor. • Relato Integrado (IIRC*)*: o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero:* uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários. Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitações ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas. O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos. O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas. O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos. Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população. O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia: Caminhos para a Cidadania:** O Programa Caminhos para a Cidadania é uma ação social e educativa do Grupo CCR. Promove formação continuada e empoderamento de educadoras e educadores do ensino fundamental I de redes municipais de ensino. O Programa oferta materiais pedagógicos e cursos à distância gratuitos com estratégias pautadas nas 10 Competências Gerais da BNCC. Seu eixo temático está embasado em reflexões sobre cidadania, alfabetização, diversidade, educação financeira, caminhos seguros, educação ambiental, cultura digital, arte educação e saúde mental. O objetivo é trabalhar essas temáticas com professores para que eles multipliquem com seus alunos. No ano de 2023, 98 professores se cadastraram na plataforma, 73 se matricularam nos cursos e 49 professores concluíram. **Inverno Solidário:** iniciada em julho, a campanha de inverno tem como objetivo a doação de cobertores para as pessoas em situação de rua que trafegam pelas nossas rodovias. As doações são realizadas pelos colaboradores dos guinchos e demais viaturas de inspeção de tráfego. A campanha é realizada em parceria com o Instituto CCR. Foram distribuídos 80 cobertores. **Campanha Lacre Solidário:** A campanha será realizada anualmente, em parceria com a APAE. O objetivo é arrecadar lacres em vários locais de trabalho e doar para a instituição, para que façam a troca por cadeiras de rodas. A campanha teve início no ano de 2023, mas as doações ainda não foram realizadas pois estamos em processo de arrecadação dos lacres. **Cine CCR:** projeto cultural que, a bordo de uma carreta que se transforma em uma completa sala de cinema, leva cultura e entretenimento para as comunidades locais, permanecendo dois dias em cada cidade. A entrada para assistir às sessões de cinema é gratuita, com direito a pipoca e refrigerante. Nas sessões diurnas os alunos da rede pública de ensino são convidados a participar do projeto, já nas sessões noturnas são abertas ao público e comportam até 91 pessoas por sessão. Neste projeto 756 pessoas foram impactadas com o projeto no ano de 2023. **A Mágica Carruagem de Inácio:** é uma peça teatral que aborda como temática principal a acessibilidade para deficientes físicos, a peça é voltada para crianças do ensino fundamental I. Na peça também foi abordada a campanha Lacre Solidário. Cerca de 650 crianças foram impactadas durante o espetáculo. • Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores: A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2023, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Formação de auditores ISO 39001, Manejo de Animais, NR 23 - Brigada, NR 33 - Trabalho em espaço confinado, NR 35 - Trabalho em Altura, NR 10 - Trabalho com eletricidade, Jornada da Liderança e Jeito CCR de Liderar.

5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2. Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Barueri, 7 de março de 2024.
A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**186.599**	**200.056**
Caixa e equivalentes de caixa	6	70.852	59.778
Aplicações financeiras	6	2.167	30.644
Contas a receber das operações	7.1	27.098	22.555
Contas a receber de partes relacionadas	10	3.849	2.696
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578
Tributos a recuperar		5.469	5.615
Contas a receber de operações com derivativos	19	1.069	3.229
Adiantamentos a fornecedores		379	37
Despesas antecipadas e outros créditos		2.138	1.924
Não circulante		**1.816.054**	**1.863.454**
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		287	297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	247.794	261.558
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	987.171	1.060.749
Contas a receber de partes relacionadas	10	20	-
Contas a receber de operações com derivativos	19	-	1.087
Imobilizado	11	**30.198**	**25.433**
Intangível	12	**532.861**	**331.115**
Infraestrutura em construção	12	**17.040**	**183.215**
Direito de uso em arrendamento		**683**	-
Total do Ativo		**2.002.653**	**2.063.510**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**575.450**	**281.123**
Debêntures e notas promissórias	13	375.716	218.325
Fornecedores		23.860	20.106
Impostos e contribuições a recolher		23.697	4.990
Obrigações sociais e trabalhistas		4.674	4.289
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	2.090	1.158
Obrigações com o Poder Concedente		1.098	1.134
Provisão de manutenção	15	2	25.724
Juros sobre capital próprio	10	4.318	5.224
Mútuos cedidos a terceiros		138.882	-
Passivo de arrendamento		522	-
Outras obrigações		591	173
Não circulante		**98.335**	**460.226**
Debêntures e notas promissórias	13	90.627	320.525
Impostos e contribuições a recolher		-	13.826
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	274	82
Provisão de manutenção	15	5.796	2.384
Fornecedores		1.447	525
Mútuos cedidos a terceiros		-	122.884
Passivo de arrendamento		191	-
Patrimônio líquido	16	**1.328.868**	**1.322.161**
Capital social		1.303.434	1.303.434
Reservas de lucros		25.434	9.676
Dividendo adicional proposto		-	9.051
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.002.653**	**2.063.510**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	17	**410.901**	**362.972**
Custos dos serviços prestados		**(235.124)**	**(212.202)**
Custo de construção		(33.475)	(35.176)
Provisão de manutenção	15	(9.135)	(7.374)
Depreciação e amortização	11 e 12	(24.443)	(20.649)
Custo da outorga		(85.978)	(84.347)
Serviços		(30.300)	(20.114)
Custo com pessoal		(39.679)	(34.083)
Materiais, equipamentos e veículos		(6.974)	(5.899)
Outros		(5.140)	(4.560)
Lucro bruto		**175.777**	**150.770**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(30.774)**	**(27.352)**
Despesas com pessoal		(11.453)	(6.991)
Serviços		(6.398)	(7.885)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.798)	(1.094)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.841)	(1.510)
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.368)	(1.969)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(194)	(205)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(192)	(9)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(1.000)	(416)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.570)	(1.511)
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(257)	(196)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(50)	(124)
Editais e publicações		(53)	(50)
Despesas legais e judiciais		(61)	(145)
Provisão de despesas e multas indedutíveis		(559)	(2.028)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(913)	(1.298)
Indenizações cíveis e trabalhistas		(706)	(1.261)
Taxa de administração - vale pedágio		(516)	(188)
Outras despesas operacionais		(845)	(472)
Resultado antes do resultado financeiro		**145.003**	**123.418**
Resultado financeiro	18	(63.651)	(69.541)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**81.352**	**53.877**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(17.640)	(13.031)
Lucro líquido do exercício		**63.712**	**40.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**63.712**	**40.846**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**63.712**	**40.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros		Dividendo	Lucros	
	Nota	Capital social	Legal	Retenção de lucros	adicional proposto	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**1.303.434**	**3.301**	-	-	-	**1.306.735**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.846	40.846
Destinações:							
Reserva legal		-	2.042	-	-	(2.042)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de novembro de 2022		-	-	-	-	(7.388)	(7.388)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	(10.103)	(10.103)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	(1.783)	(1.783)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	(5.224)	(5.224)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	(922)	(922)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	9.051	(9.051)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	4.333	-	(4.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.303.434**	**5.343**	**4.333**	**9.051**	-	**1.322.161**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.712	**63.712**
Dividendos intermediários em 18 de abril de 2023		-	-	(4.333)	-	-	**(4.333)**
Dividendo adicional proposto em 18 de abril de 2023		-	-	-	(9.051)	-	**(9.051)**
Destinações:							
Reserva legal	16.2	-	3.186	-	-	(3.186)	-
Dividendos intermediários em 27 de novembro de 2023	16.4	-	-	-	-	(14.791)	**(14.791)**
Juros sobre capital próprio em 27 de novembro de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(20.187)	**(20.187)**
Juros sobre capital próprio em 27 de novembro de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(3.562)	**(3.562)**
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(4.318)	**(4.318)**
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(763)	**(763)**
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	16.905	-	(16.905)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.303.434**	**8.529**	**16.905**	-	-	**1.328.868**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**63.712**	**40.846**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	13.764	12.528
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	9	73.578	73.578
Depreciação e amortização	11 e 12	25.849	22.159
Capitalização de custo de debêntures	11 e 12	(21.615)	(19.939)
Depreciação - direito de uso em arrendamento		435	-
Baixa de ativo imobilizado	10	16	188
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	914	279
Juros sobre debêntures e notas promissórias	18	72.813	79.837
Resultado de operações com derivativos	18	(218)	(2.127)
Valor justo de debêntures	18	(2.973)	(1.559)
Juros sobre mútuo com terceiros	18	18.821	15.788
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	50	124
Comissão de fianças com partes relacioandas	18	4.840	5.442
Constituição de provisão de manutenção	15	9.135	7.374
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	15	1.356	2.869
Rendimentos de aplicação financeira		(81)	(1.846)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	9	1
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		80	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(4.593)	(964)
Contas a receber de partes relacionadas	10	(1.173)	(708)
Tributos a recuperar		146	2.200
Adiantamentos a fornecedores		(342)	(37)
Despesas antecipadas e outras		(204)	408
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		4.719	191
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	(3.908)	(24.062)
Obrigações sociais e trabalhistas		385	919
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		6.895	2.690
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(6.339)	(2.469)
Obrigações com o Poder Concedente		12.192	10.561
Pagamentos de obrigações com o Poder Concedente		(12.228)	(10.500)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(722)	(270)
Mútuos com terceiros		(2.823)	(2.368)
Realização da provisão de manutenção	15	(32.801)	(30.594)
Outras obrigações com Poder Concedente		-	208
Outras contas a pagar		418	(154)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**220.107**	**180.593**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(8.112)	(8.003)
Adições ao ativo intangível	12	(36.578)	(28.177)
Outros de ativo imobilizado e intangível		52	-
Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)		-	4.760
Aplicações financeiras líquidas de resgate		28.606	62.143
Resgates/Aplicações (conta reserva)		(48)	(295)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos		**(16.080)**	**30.428**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Recebimento de operações com derivativos	21.2	3.465	3.342
Arrendamento:			
Pagamento de principal	21.2	(485)	-
Debêntures:			
Captações	21.2	90.443	41.857
Pagamentos de principal e juros	21.2	(232.790)	(241.161)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.2	(53.586)	(17.491)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(192.953)**	**(213.453)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**11.074**	**(2.432)**
Demonstração do aumento (da redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		59.778	62.210
No final do exercício		70.852	59.778
		11.074	**(2.432)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 690 - sala 11 - 1º andar, bairro Tamboré na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; e c) Gestão dos serviços complementares, na forma do regulamento da concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão n.º 001/ARTESP/2008. A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: **Ampliações e melhoramentos:** • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de seis passarelas para pedestres; • Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco; • Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia; • Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia; • Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego; • Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável; • Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e • Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: 1.1.1. Principais eventos regulatórios: a. Reequilíbrio Cautelar - COVID-19:** Em 29 de junho de 2023, concomitantemente ao reajuste anual das tarifas de pedágio da Companhia, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos com a autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, incluiu, na tarifa básica de pedágio, o valor adicional de R$ 0,10 (dez centavos de real), a partir de 1º de julho de 2023, como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais, inclusive das perdas incorridas dos efeitos da pandemia da COVID-19 na demanda da Companhia. **1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (pandemia COVID 19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. **1.2.1. Processos em andamento:** a. Ação Popular n.º 0617139-73.2008.8.26.0053 - Lei Estadual n.º 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo. Trata-se de Ação Popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Companhia, CCR e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Aguarda-se a manifestação do autor. b. Processo n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 - Reajuste Tarifário de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Após a apreciação de embargos de declaração opostos por cada Parte, em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação tendo a Companhia apresentado suas contrarrazões. Aguarda-se julgamento dos recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 7 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

3.8 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
7.1 Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
12. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
14. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
15. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
19. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente -o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Contabilidade de *hedge (hedge accounting)*:** A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa n.º 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. *Hedge* de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14. Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

continua

VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191

Assinado de forma digital por VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP, l=Osasco, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=19155873000100, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PJ A1, cn=VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191
Dados: 2024.03.11 14:01:02 -03'00'

Editais

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.16. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 10, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nos 6, 13 e 19. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	401.616	97.014	-
Fornecedores e outras obrigações	24.451	1.447	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.090	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	4.318	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.098	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 388.851 substancialmente composto por debêntures e notas promissórias, detalhados nas notas explicativas n.º 13, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	1.454	1.509
Aplicações financeiras (a)	69.398	58.269
Total	**70.852**	**59.778**

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	**2.167**	**30.644**
Aplicações financeiras (a)	1.593	30.118
Conta reserva (b)	574	526
Total	**2.167**	**30.644**

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas à debentures e notas promissórias (nota explicativa n.º 13). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,49% do CDI, equivalente a 13,17% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (101,11% do CDI, equivalente a 12,57% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas

Circulante	2023	2022
Contas a receber das operações (a)	27.299	22.706
Provisão para perda esperada (b)	(201)	(151)
Total	**27.098**	**22.555**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (b) Refere-se a provisão para perda esperada - contas a receber, esperada pela Companhia.

7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	26.816	22.449
Créditos vencidos até 60 dias	115	86
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	167	20
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	92	66
Créditos vencidos há mais de 180 dias	109	85
Total	**27.299**	**22.706**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Conciliação do imposto de renda e contribuição social		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**81.352**	**53.877**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(27.660)**	**(18.318)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(99)	(901)
Juros sobre capital próprio	9.803	6.131
Incentivos relativos ao imposto de renda	127	45
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(92)	-
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	179	-
Outros ajustes tributários	102	12
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(17.640)**	**(13.031)**
Impostos correntes	(3.876)	(503)
Impostos diferidos	(13.764)	(12.528)
Alíquota efetiva de impostos	**21,68%**	**24,19%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	**282.557**	**290.249**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	277.949	279.595
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.325	464
Resultado de operações com derivativos	218	125
Provisão de manutenção	1.967	9.553
Programa de gratificação longo prazo	145	-
Tributos com exigibilidade de suspenção de Pis e Cofins	751	432
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	93	28
Provisão para perda esperada - contas a receber	68	51
Provisão para fornecedores	31	1
Arrendamento	10	-
Compensação de imposto ativo	**(34.763)**	**(28.691)**
Imposto ativo após a compensação	**247.794**	**261.558**
Passivo	**(34.763)**	**(28.691)**
Capitalização de juros	(24.509)	(17.838)
Custo de transação com debêntures	(143)	(84)
Valor justo	(358)	(358)
Ajuste a valor presente	(17)	-
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014	(9.736)	(10.411)
Compensação de imposto	**(34.763)**	**28.691**
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	**247.794**	**261.558**
Movimentação do imposto diferido	**2023**	**2022**
Saldos em 1º de janeiro	**261.558**	**274.086**
Reconhecimento no resultado	**(13.764)**	**(12.528)**
Saldos em 31 de dezembro	**247.794**	**261.558**

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

	2023
2024	8.031
2025	10.437
2026	12.121
2027	7.059
2028	17.989
2029 a diante	222.312
Total	**277.949**

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão: Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	Saldos a pagar					
	Circulante		Não circulante		Apropriação no resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Outorga variável	73.578	73.578	987.171	1.060.749	73.578	73.578
Total	**73.578**	**73.578**	**987.171**	**1.060.749**	**73.578**	**73.578**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2023			2022		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	3.877	**3.877**	-	2.709	**2.709**
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Bancos conta movimento	-	8	**8**	-	13	**13**
Contas a receber	-	3.869	**3.869**	-	2.696	**2.696**
Derivativos	-	1.069	**1.069**	-	3.229	**3.229**
Passivo	**1.946**	**375.803**	**377.749**	**6.196**	**137.966**	**144.162**
Debêntures	-	371.341	**371.341**	-	137.780	**137.780**
Fornecedores e contas a pagar	1.946	144	**2.090**	993	165	**1.158**
Juros sobre capital próprio	-	4.318	**4.318**	5.203	21	**5.224**

	2023			2022		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(73)	**(73)**	-	(24)	**(24)**
Custos/Despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	(298)	**(298)**	-	(215)	**(215)**
Custos/Despesas com infraestrutura utilizada	-	(30)	**(30)**	-	(30)	**(30)**
Custos/Despesas - serviços de transporte de valores	-	(293)	**(293)**	-	(51)	**(51)**
Custos/Despesas de serviços prestados CSC	-	-	-	(3.925)	-	**(3.925)**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(4)	**(4)**	-	-	-
Custos/Despesas - Doações	-	(895)	**(895)**	-	(1.298)	**(1.298)**
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(4.840)	-	**(4.840)**	(5.615)	-	**(5.615)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(14)	**(14)**	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	(21)	**(21)**
Ressarcimento de danos de patrimônio	-	-	-	-	1	**1**
Receita de juros sobre cessão onerosa	-	-	-	-	(173)	**(173)**
Receitas de aplicações financeiras	-	109	**109**	-	-	-
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	83	**83**	-	-	-
Receitas financeiras - derivativos	-	218	**218**	-	2.127	**2.127**
Receita de doações partes relacionadas	-	141	**141**	-	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	61	**61**	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CSC	(19.732)	-	**(19.732)**	(9.170)	-	**(9.170)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	(229)	**(229)**	(1)	(16)	**(17)**

Na AGO realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS. Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**495**	**6.804**	**1.357**	**10.457**	**19.113**	**3.090**	**22.203**
Adições	-	-	-	-	-	8.678	8.678
Baixas	(14)	(16)	-	(146)	(176)	(12)	(188)
Transferências	52	752	309	800	1.913	(1.898)	15
Depreciação	(108)	(1.514)	(672)	(2.968)	(5.262)	-	(5.262)
Outros	-	-	-	(13)	(13)	-	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**425**	**6.026**	**994**	**8.130**	**15.575**	**9.858**	**25.433**
Custo	1.693	26.506	4.090	45.657	77.946	9.858	87.804
Depreciação acumulada	(1.268)	(20.480)	(3.096)	(37.527)	(62.371)	-	(62.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**425**	**6.026**	**994**	**8.130**	**15.575**	**9.858**	**25.433**
Adições	-	-	-	-	-	9.347	9.347
Baixas	(4)	(7)	-	(5)	(16)	-	(16)
Transferências	24	1.132	2.440	1.711	5.307	(5.307)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	307	-	-	307	-	307
Depreciação	(92)	(1.322)	(882)	(2.577)	(4.873)	-	(4.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**353**	**6.136**	**2.552**	**7.259**	**16.300**	**13.898**	**30.198**
Custo	1.704	27.920	6.530	47.360	83.514	13.898	97.412
Depreciação acumulada	(1.351)	(21.784)	(3.978)	(40.101)	(67.214)	-	(67.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**353**	**6.136**	**2.552**	**7.259**	**16.300**	**13.898**	**30.198**
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2023	10	11	25	12			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 1.235 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 675 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 13,65% a.a. e 12,88% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**344.374**	**265**	**838**	**345.477**	**130.636**	**476.113**
Adições	-	-	840	840	54.289	55.129
Transferências	1.710	12	(27)	1.695	(1.710)	(15)
Amortização	(16.795)	(102)	-	(16.897)	-	(16.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**329.289**	**175**	**1.651**	**331.115**	**183.215**	**514.330**
Custo	454.926	1.752	1.651	458.329	183.215	641.544
Amortização acumulada	(125.637)	(1.577)	-	(127.214)	-	(127.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**329.289**	**175**	**1.651**	**331.115**	**183.215**	**514.330**
Adições	-	-	1.718	1.718	55.240	56.958
Transferências	221.415	280	(280)	221.415	(221.415)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(307)	(307)	-	(307)
Amortização	(20.842)	(134)	-	(20.976)	-	(20.976)
Outros	(104)	-	-	(104)	-	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**529.758**	**321**	**2.782**	**532.861**	**17.040**	**549.901**
Custo	676.237	2.032	2.782	681.051	17.040	698.091
Amortização acumulada	(146.479)	(1.711)	-	(148.190)	-	(148.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**529.758**	**321**	**2.782**	**532.861**	**17.040**	**549.901**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico. **Infraestrutura em construção:** O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Implantação das vias marginais Padroeira-Raposo	118.426
Implantação de faixas adicionais	5.115

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 20.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 19.264 em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias) nos exercícios findos em 2023 e 2022 foram de 13,65% a.a. e 12,88% a.a., respectivamente.

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (a)	Abril de 2024	3.171	46	186.258	244.418 (d)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	(b)	Abril de 2024	-	-	186.962	248.247 (d)
7ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,2179% (c)	Abril de 2025	557	374	93.123	- (d)
7ª Emissão - (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,6450% (c)	Abril de 2023	143	-	-	46.185 (d)
				Total	**420**	**466.343**	**538.850**

	2023	2022
Circulante	**375.716**	**218.325**
Debêntures e notas promissórias	375.103	171.463
Custos de transação	(46)	(200)
Valor justo	659	47.062
Não circulante	**90.627**	**320.525**
Debêntures e notas promissórias	91.001	364.001
Custos de transação	(374)	(46)
Valor justo	-	(43.430)
Total geral	**466.343**	**538.850**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação; (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 19; (c) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e **Garantia:** (d) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2023
2025	91.001
(-) Custo de transação	(374)
Total	**90.627**

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

14. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários. **14.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	82	82
Constituição	531	364	895
Reversão	(1)	(1)	(2)
Pagamentos	(530)	(192)	(722)
Atualização de bases processuais e monetária	-	21	21
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	274	274

14.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis	2.877	161
Trabalhistas	-	17
Total	**2.877**	**178**

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.724	2.384	28.108
Constituição	6.069	3.066	9.135
Ajuste a valor presente	1.010	346	1.356
Realização	(32.801)	-	(32.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2	5.796	5.798

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais. **16.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **6.3. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **16.4. Dividendos:** Em 18 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGO), o pagamento à conta de dividendos adicionais, no montante de R$ 9.051. O pagamento foi realizado em 26 de abril de 2023. Em 18 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGO), o pagamento à conta de dividendos adicionais que foi inicialmente destinado como reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 4.333. O pagamento foi realizado em 26 de abril de 2023. Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), a distribuição de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2023, no montante de R$ 14.791, correspondentes a R$ 11,3479039423 por ação ordinária, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2023. O pagamento foi realizado em 29 de novembro de 2023. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido de exercício	63.712
(-) Constituição de reserva legal	(3.186)
Lucro líquido ajustado	**60.526**
Dividendo mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	15.132
Total de juros sobre capital próprio pagos e aprovados no exercício (líquido de IRRF)	24.505
Total de dividendos pagos	14.791
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**39.296**

Em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos e a pagar. **16.5. Juros sobre capital próprio:** Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 23.749, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R$ 20.187, pagos em 29 de novembro de 2023. Em 21 de dezembro de 2023, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 5.081, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R$ 4.318, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2023, *ad referendum* da Assembleia Feral Ordinária (AGO) e serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente.

17. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	**446.858**	**394.030**
Receitas de pedágio	409.378	355.057
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	33.475	35.176
Receitas acessórias	4.005	3.797
Deduções da receita bruta	**(35.957)**	**(31.058)**
Impostos sobre receitas	(35.673)	(30.982)
Devoluções	(284)	(76)
Receita operacional líquida	**410.901**	**362.972**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	**(82.609)**	**(92.754)**
Juros sobre debêntures e notas promissórias	(72.813)	(79.837)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.356)	(2.869)
Capitalização de custos de debêntures	21.615	19.939
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(3)
Perda com operações de derivativos	(5.907)	(7.147)
Comissão de fianças com partes relacionadas	(4.840)	(5.615)
Juros sobre mútuos com terceiros (a)	(18.821)	(15.788)
Valor justo sobre debêntures (*hedge accounting*)	-	(961)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(80)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(395)	(473)
Receitas financeiras	**18.958**	**23.213**
Ganho com operações de derivativos	6.125	9.274
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-	173
Rendimento sobre aplicação financeira	9.180	10.428
Valor justo operações de debêntures (*hedge accounting*)	2.973	2.520
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	3	2
Juros e outras receitas financeiras	677	816
Resultado financeiro líquido	**(63.651)**	**(69.541)**

(a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre a Companhia e a Encalso. Em 14 de julho de 2017, esse mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), com vencimento em 18 de novembro de 2024.

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2023	2022
Ativos		**105.055**	**119.989**
Valor justo através do resultado		**74.088**	**94.738**
Caixa e bancos	Nível 2	1.454	1.509
Aplicações financeiras	Nível 2	70.991	88.387
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	574	526
Contas a receber com operações de derivativos		1.069	4.316
Custo amortizado		**30.967**	**25.251**
Contas a receber das operações		27.098	22.555
Contas a receber de partes relacionadas		3.869	2.696
Passivos		**(638.629)**	**(690.054)**
Valor justo através do resultado		**(186.962)**	**(248.247)**
Debêntures (a)	Nível 2	(186.962)	(248.247)
Custo amortizado		**(451.667)**	**(441.807)**
Debêntures e notas promissórias (a)		(279.381)	(290.603)
Fornecedores e outras obrigações		(25.898)	(20.804)
Mútuos cedidos a terceiros		(138.882)	(122.884)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.090)	(1.158)
Juros sobre capital próprio		(4.318)	(5.224)
Obrigações com Poder Concedente		(1.098)	(1.134)
Total		**(533.574)**	**(570.065)**

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Debêntures e notas promissórias mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a)	279.801	283.169	290.849	297.086

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) *(hedge accounting)*, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 186.302 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 244.616 em 31 de dezembro de 2022), conforme detalhado a seguir:

Série	Taxas contratuais	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	CDI + 0,9940% a.a.	186.302

(a) Valores brutos dos custos de transação.

19.2. Instrumentos financeiros derivativos: As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2023 têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de juros sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures - série única. Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

		Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
		Moeda local		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/a pagar		Ganho (Perda) em resultado	
	Data de vencimento	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
SWAP - riscos de juros	2024	384.000	384.000	3.465	3.342	1.069	4.316	218	2.127
		384.000	384.000	3.465	3.342	1.069	4.316	218	2.127

19.3. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos, além dos já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures, notas promissórias, mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	Exposição em R$ [3] [4]	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	466.104	(28.904)	(35.523)	(42.081)
Efeito sobre debêntures, notas promissórias e derivativos		**(28.904)**	**(35.523)**	**(42.081)**
CDI	155.776	(16.795)	(20.974)	(25.146)
Efeito sobre os mútuos		**(16.795)**	**(20.974)**	**(25.146)**
CDI	71.850	6.328	7.895	9.461
Efeito sobre as aplicações financeiras		**6.328**	**7.895**	**9.461**
Total do efeito da perda		**(39.371)**	**(48.602)**	**(57.766)**
A taxa de juros considerada foi [1]:				
CDI [2]		11,6500%	14,5625%	17,4750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão: 20.1. Compromisso com o Poder Concedente - Outorga variável:

					Circulante	
			Valor pago no exercício		Valor a pagar	
	%	Base	2023	2022	2023	2022
Outorga variável	3,0	Receita bruta	12.228	10.500	1.098	1.134
Total			**12.228**	**10.500**	**1.098**	**1.134**

20.2. Compromissos relativos à concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão:

	2023	2022
Compromissos relativos à concessão	440.861	456.802

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**52**	**7.701**
Tributos a recuperar	-	13
Fornecedores	52	7688
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(52)**	**(7.701)**
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(52)	(7.688)
Outros de ativo imobilizado	-	(13)

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures e notas promissórias	Juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Arrendamento	Total
Saldo inicial	**(538.850)**	**5.224**	**4.316**	**-**	**(529.310)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**142.347**	**53.586**	**(3.465)**	**485**	**192.953**
Captações (líquidas dos custos de transação)	(90.443)	-	-	-	(90.443)
Pagamentos de principal e juros	232.790	-	-	485	233.275
Recebimento de operações com derivativos	-	-	(3.465)	-	(3.465)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	53.586	-	-	53.586
Outras variações que não afetam caixa	**(69.840)**	**(63.128)**	**(1.920)**	**(1.168)**	**(136.056)**
Despesas com juros	(72.813)	-	-	-	(72.813)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	2.973	-	218	-	3.191
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	(80)	(80)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(63.128)	-	-	(63.128)
Adições	-	-	(2.138)	(1.088)	(3.226)
Saldo final	**(466.343)**	**4.318**	**(1.069)**	**(683)**	**(472.413)**

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo — Presidente
Roberto Penna Chaves Neto — Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar — Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Angelo Luiz Lodi — Diretor-Presidente
Fausto Camilottii — Diretor de Engenharia e de Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 3.7, 3.14 e 12 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 55.240 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1